

REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE REBOQUE DE EMBARCAÇÕES E NAVIOS NO PORTO DE LISBOA

Artigo 1.º

Da prestação do serviço de reboque

A APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. escolhe, ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, como regime que melhor se adequa à situação concreta do porto de Lisboa o regime de licenciamento.

Artigo 2.º

Objecto

Constitui objecto do presente Regulamento dar cumprimento ao disposto no art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, nos termos do qual compete à APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. regular o processo de licenciamento, os direitos e os deveres dos titulares de licença, e fixar as taxas devidas pelo exercício da actividade de reboque de embarcações e navios na sua área de jurisdição.

Artigo 3.º

Das garantias do exercício da actividade

1. As entidades licenciadas devem dar garantias de possuírem frota adequada para assegurar a qualidade do serviço público e a capacidade de intervenção que as habilitem ao cumprimento do dever de colaboração com a autoridade portuária e demais entidades competentes no que respeita à prevenção de sinistros e de situações de emergência e de segurança no porto.
2. O disposto no número anterior deve, ainda, garantir a satisfação das necessidades do porto de Lisboa para fazer face a situações de perigo de embarcações ou navios que se encontrem na área de jurisdição do porto e, sempre que possível, na área de jurisdição nacional, considerando-se que esta garantia constitui uma imposição do dever de cooperação consagrado no n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro.

Artigo 4.º
Do requerimento

- 1.** O requerimento para o licenciamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:
 - a)** A identificação completa do requerente;
 - b)** A identificação do responsável técnico com experiência adequada;
 - c)** A identificação dos rebocadores que a entidade a licenciar se propõe sediar e utilizar no porto de Lisboa, e respectivas características técnicas;
 - d)** Cópia do cartão de pessoa colectiva ou de contribuinte fiscal;
 - e)** Informação sobre o volume de negócios previsto, caso se trate do primeiro ano do exercício da actividade de reboque;
 - f)** Certidão do registo comercial, no caso de se tratar de sociedade comercial;
 - g)** O número de contribuinte fiscal e o código da Repartição de Finanças do domicílio fiscal;
 - h)** Certificados dos registos criminais e comerciais referentes às pessoas encarregadas da administração, gerência ou direcção, comprovativos da inexistência dos seguintes factos:
 - . Proibição legal do exercício do comércio;
 - . Inibição do exercício do comércio por ter sido decretada a falência, enquanto não for levantada a inibição e decretada a reabilitação;
 - i)** Declaração emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a requerente não é devedora de contribuições à Segurança Social;
 - j)** Declaração emitida pela Repartição de Finanças do domicílio fiscal, comprovativa de que a requerente não é devedora de impostos ao Estado;
 - k)** Cópia do pedido de celebração do contrato de seguro no valor de, pelo menos, € 500.000,00, para cobertura da responsabilidade civil decorrente do exercício da actividade de reboque, por danos culposamente causados à autoridade portuária ou a terceiros e por acções ou omissões suas ou do seu pessoal, na realização de qualquer operação a seu cargo, ou, no desempenho das respectivas funções, às infra-estruturas, instalações e equipamentos portuários;

l) Caução prestada nos termos do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro.

2. Caso não se trate do primeiro ano do exercício da actividade de reboque o requerimento deverá, ainda, ser instruído com estatística da utilização das embarcações empregues, por dia, nos três meses imediatamente anteriores à entrega do mesmo.

Artigo 5.º Validade das licenças

As licenças são válidas por um ano, podendo ser renovadas, por iguais períodos, a pedido dos interessados que satisfaçam todos os requisitos exigidos para o licenciamento.

Artigo 6.º Revogação da licença

Para efeitos do disposto no n.º 2, do art.º 10.º, do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, considera-se violação reiterada, durante o mesmo ano civil, a condenação pela prática de três infracções efectivamente punidas com coima de cuja aplicação já não caiba recurso.

Artigo 7.º Do processo de revogação

O processo de revogação será instaurado oficiosamente pela autoridade portuária, sendo obrigatória a audição da entidade que seja objecto do mesmo, a qual terá de responder, no prazo máximo de 10 dias, contados a partir da data da notificação, sob pena de, não o fazendo, ser determinada, de imediato, a revogação da licença.

Artigo 8.º Novo licenciamento

As entidades que tenham sido objecto da revogação das licenças concedidas pela autoridade portuária para o exercício da actividade de reboque de embarcações ou navios só poderão voltar a fazer novo pedido de licenciamento, decorridos 12 meses após a data da comunicação da respectiva revogação.

Artigo 9.º
Direitos e deveres

1. As entidades licenciadas para o exercício da actividade de reboque de embarcações ou navios, no porto de Lisboa, têm direito a:
 - a) Aceder, em igualdade de condições com as demais entidades licenciadas, aos espaços portuários disponíveis que sejam indispensáveis ao exercício pleno da sua actividade e a solicitar a adopção de medidas da competência da autoridade portuária necessárias para garantir o gozo pleno dos direitos resultantes do respectivo licenciamento;
 - b) Requerer à autoridade portuária as certidões dos factos ou elementos que, a seu propósito, constem dos respectivos registos.
2. As entidades licenciadas para o exercício da actividade de reboque de embarcações ou navios estão especialmente obrigadas, perante a autoridade portuária e terceiros:
 - a) A exercer a sua actividade nos termos da lei e das directrizes e ordens relativas ao funcionamento do porto e à utilização dos seus espaços, emanadas da autoridade portuária e marítima competentes, de maneira a contribuir para a operacionalidade e eficácia do porto, bem como para a sua valorização comercial;
 - b) A pagar as taxas legais relativas à licença de actividade e ao uso das áreas do domínio público que sejam fixadas pela autoridade portuária;
 - c) A cooperar no estabelecimento de medidas técnicas e administrativas tendentes à melhoria da qualidade do serviço a prestar, à optimização dos custos e à transparência de preços;
 - d) A prestar as informações técnicas respeitantes às operações realizadas ou a realizar, sempre que solicitadas, e bem assim todos os dados estatísticos e previsões de prestação de serviços;
 - e) A sujeitar-se à fiscalização dos agentes credenciados da autoridade portuária em tudo quanto respeite à comprovação do preenchimento continuado dos requisitos de acesso ou do exercício da actividade;
 - f) A comunicar à autoridade portuária todas as alterações que se verificarem nos seus estatutos ou pacto social, administração, gerência ou direcção e nos demais elementos que serviram de pressupostos ao respectivo licenciamento;

- g) A dotar o pessoal afecto à actividade de um cartão de identificação com fotografia do qual conste o nome do seu titular e a respectiva assinatura, o nome da entidade empregadora, a data e o carimbo da APL, S.A., que exhibirá em local bem visível durante o exercício das suas funções na área portuária;
- h) A indicar pelo menos um número de telefone de um ou mais responsáveis que possam ser contactados, em qualquer momento, para resolver quaisquer situações que eventualmente surjam no decurso do exercício da actividade;
- i) A indicar, até 31 de Outubro de cada ano, os meios, o tipo e matrículas das viaturas e embarcações que irá utilizar no exercício da actividade no porto no ano seguinte, bem como comunicar, imediatamente, quaisquer alterações que eventualmente ocorram.

Artigo 10.º

Taxas devidas à autoridade portuária

As entidades licenciadas para o exercício da actividade de reboque, no porto de Lisboa, ficam obrigadas ao pagamento de uma taxa anual indivisível pelo exercício da mesma, a fixar pelo Conselho de Administração da APL, S.A., que será actualizada por deliberação do mesmo órgão, para além de outras taxas ou encargos que sejam devidos nos termos legais ou regulamentares.

Artigo 11.º

Serviço público

1. Para efeitos do disposto no art.º 5º, do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, deverão as entidades que exerçam a actividade de reboque elaborar, entre si, escala de serviço de prevenção das ocorrências nele previstas, a submeter à aprovação da autoridade portuária.
2. As condições materiais em que tais operações serão efectuadas poderão ser objecto de um protocolo a celebrar entre as entidades licenciadas e a autoridade portuária.
3. O disposto no número anterior não prejudica os salários de salvação a que os salvadores tenham direito.



Artigo 12.º
Requisição do serviço

1. Na área de jurisdição da APL, S.A. é facultativa a utilização de rebocadores, salvo nos casos em que, por previsão do regulamento de exploração do porto ou por determinação das autoridades portuária ou marítima, seja a mesma considerada obrigatória, para a assistência a embarcações ou navios, por motivo das características da carga que transportam, de deficiências mecânicas ou exiguidade dos espaços de manobra, da natureza dos locais de estacionamento, condições meteorológicas e, em geral, condições de segurança.
2. O disposto no presente Regulamento e, em particular, o referido no número anterior, não prejudica a competência do comandante da embarcação ou navio para definir o número de rebocadores e/ou a potência necessária, face ao serviço a executar, tendo em consideração as características daqueles, local de estacionamento e condições meteorológicas e de maré, e os demais usos do porto.
3. Sem prejuízo dos princípios enunciados nos números anteriores, deverão as entidades licenciadas submeter à aprovação da autoridade portuária, no prazo de três meses a contar do licenciamento ou da entrada em vigor deste Regulamento, no caso das entidades que já se encontrem a exercer a actividade de reboque e tenham comprovado possuir os requisitos exigidos para o licenciamento, um Regulamento de Exploração, do qual deverão constar designadamente:
 - a) As normas procedimentais inerentes à realização das operações e às prestações dos serviços;
 - b) O horário de funcionamento da entidade licenciada;
 - c) As normas de segurança dos rebocadores;
 - d) Os meios de informação ao dispor dos utentes.

Artigo 13.º
Estacionamento e acostagem

1. O estacionamento e acostagem da frota autorizada a prestar o serviço de reboque será sempre feito nos locais facultados pela autoridade portuária, tendo

em atenção as limitações existentes no porto, e de acordo com os termos e condições a fixar na licença.

2. A autoridade portuária reserva-se o direito de, a qualquer momento, ordenar a desacostagem ou a mudança de posto de acostagem de quaisquer rebocadores, sempre que razões de interesse portuário o justifiquem, sendo os custos destas mudanças da exclusiva responsabilidade das entidades proprietárias ou operadoras dos rebocadores.

Artigo 14.º Regulamento de tarifas

1. As entidades licenciadas deverão submeter à aprovação da autoridade portuária, no prazo de três meses a contar do licenciamento ou da entrada em vigor deste Regulamento, no caso das entidades que já se encontrem a exercer a actividade de reboque e tenham comprovado possuir os requisitos exigidos para o licenciamento, um Regulamento de Tarifas, do qual deverão constar designadamente:
 - a) Valores máximos das tarifas inerentes às actividades de serviço público exercidas no âmbito da licença;
 - b) Procedimentos para a sua determinação e cobrança;
 - c) Sistema e suportes para informação e divulgação das tarifas;
 - d) Meios ao dispor dos utentes para esclarecimento e reclamação.
2. As tabelas de tarifas a praticar pelas entidades licenciadas deverão ser por elas devidamente publicitadas.

Artigo 15.º Omissões

Compete ao Conselho de Administração da APL, S.A. suprir as omissões que o presente Regulamento, porventura, contenha.

Artigo 16.º Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor no dia 1 de Julho de 2003